

# A ADMINISTRAÇÃO POPULAR, O PT E A CAMPANHA LULA

*É necessário romper com o burocratismo, com a ortodoxia sectária e o tecnocratismo.*

## INTRODUÇÃO

O desempenho da Administração Popular está estreitamente relacionado com a Campanha Lula, independentemente de qualquer vontade. Os acertos e os problemas de nossa experiência administrativa repercutem significativamente na disputa eleitoral.

Esta experiência, de qualquer modo, retrata nossa capacidade de governar. Mesmo limitada por diversos condicionantes, a Administração Popular é um instrumento de realização, em condições determinadas, de nosso projeto político e de nossa visão de sociedade.

Trata-se, portanto, de nos capacitarmos para a defesa destas experiências. Uma defesa necessariamente crítica, mas sem vacilações.

Pela primeira vez, em mais de dois séculos de história da cidade, o Governo Municipal é assumido por setores políticos descompromissados com os interesses econômicos dominantes. Por isso, a direita e os setores conservadores em geral, têm necessidade de atacar essa experiência, procurando demonstrar que “a esquerda não consegue trabalhar unida”, que “não tem capacidade para administrar” e que “não pode constituir alternativa de poder”. Conduzir essa experiência, de forma adequada, e sustentar sua viabilização reflete-se, diretamente, não só na disputa eleitoral, mas também na luta pelo poder a longo prazo. Está em jogo a construção de um projeto global de sociedade.

Este texto, contribuição da Nova Esquerda ao Partido, apresenta uma visão sobre problemas e perspectivas de nossa administração. Fazer isso,

propondo ao Partido este debate, nos parece uma maneira concreta de contribuir para que a militância e nossa base política participem dos embates que ora enfrentamos.

## I. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE O PAPEL DO ESTADO E A DISPUTA DA HEGEMONIA

Nossa concepção sobre a Administração Popular, desde o princípio, baseou-se na compreensão de que o exercício da função executiva nas sociedades modernas é um elemento constitutivo do processo da Revolução Socialista. Essa concepção estabelece uma ruptura radical com a visão característica da III Internacional Comunista, que negava o valor das disputas de funções executivas (que consistiriam, inexoravelmente, numa mera “administração das crises do capitalismo”) e restringia a disputa da política institucional ao seu aspecto legislativo. Mesmo assim, es-

*O papel dos homens que se propõem a realizar uma Revolução não começa apenas no ato de ruptura institucional...*

sa participação no legislativo - tratado como “tribuna da revolução”, apenas como uma “trincheira” diante do capitalismo - era exclusivamente tática, mera oportunidade para propagandar a Revolução. Esta perspectiva equivocada está alicerçada no “modelo de 17”, que toma a revolução

apenas como um episódio insurrecional.

A análise das experiências que tentaram ou tentam construir o socialismo, demonstra que a Revolução é, antes de mais nada, um processo onde a ação humana cumpre o papel decisivo, não apenas num sentido adjetivo em que os sujeitos aparecem como meros "apressadores" de um desígnio contido em "Leis de Bronze" ou em uma essência humana "comunista", sob forma de uma imanência já contida na história. O papel dos homens que se propõem a realizar uma Revolução não começa apenas no ato de ruptura institucional e muito menos acaba ali.

***A revolução está em marcha, hoje, e se dá, não apenas através de nossa atuação no movimento...***

Compreender radicalmente a Revolução como um processo, nas condições específicas de nosso País, significa entender que cabe, a quem busca ser seu sujeito político, o Partido dos Trabalhadores, desencadear um período de transformações revolucionárias, de longo curso, que se desenvolve com a construção do Novo Estado. Nesse processo, não são transformadas apenas algumas dimensões da realidade tomadas unilateralmente - ainda que determinantes - mas nos defrontamos com uma totalidade concreta: a realidade humanizada. Cabe-nos incidir sobre suas várias dimensões com "mudanças revolucionárias". As instituições, os valores, a ideologia, são transformados em campos de combate, numa luta cotidiana em que é disputada a afirmação de um conteúdo radicalmente humano e, portanto, revolucionário. Isto significa entender que a revolução está em marcha, hoje, e se dá, não apenas através de nossa atuação no movimento mas, também pelo exercício de nossas políticas públicas. Daí a necessidade de entender nossa atuação partidária tanto no executivo como no legislativo, como sendo momentos de construção da capacidade hegemônica e do exercício da função dirigente.

***É possível inserir no cotidiano de milhões nossos valores, nossa visão de mundo e nossas propostas para o conjunto da sociedade.***

A Revolução que construímos, cotidianamente, pode não ter o romantismo de uma guerrilha de Guevara, mas deve manter a mesma dignidade no enfrentamento dos preconceitos, iniquidades, degeneração moral, enfim, no combate ao aviltamento da existência humana em todas as suas formas de manifestação.

A partir deste entendimento é preciso conceber uma política que coloque as Administrações Populares a serviço de nossos objetivos estratégicos. Antes disso, porém, precisamos acertar contas com a visão ortodoxa e estreita de Estado. O Estado não é apenas um "aparelho de classe da burguesia", ou um "escritório político" das classes dominantes. É isso, também. Mas não apenas isso.

O Estado, apesar de estar politicamente direcionado a serviços e interesses particulares da burguesia, adquire uma função universal no momento em que presta serviços públicos e se relaciona institucionalmente com toda a sociedade.

É através destas funções de sentido universal do Estado que a burguesia, como parcela minoritária que empalma o poder, adquire legitimidade para usurpar do conjunto da sociedade a universalidade. Com essa usurpação a burguesia, através do Estado, assume o papel de reguladora e qualificadora de todas as práticas sociais, inserindo-as na lógica da mercadoria e do capital. Assim, apresentando-se como síntese "legítima, única e verdadeira" de toda sociedade.

Daí a importância de entender as Administrações Populares como momentos de disputa da hegemonia com as classes dominantes. Através do exercício do Poder no aparelho de Estado - ain-

***O Partido dos Trabalhadores deve repensar as políticas para a luta institucional, enfrentando o marxismo ortodoxo e o tecnoburocratismo.***

da que de uma parcela restrita como é o caso das Prefeituras conquistadas pelo PT - é possível inserir no cotidiano de milhões (só na grande São Paulo temos 20 milhões vivendo sob administrações petistas) nossos valores, nossa visão de mundo e nossas propostas para o conjunto da sociedade. O exercício desta parcela do poder público municipal, através de atos e medidas práticas e concretas, proporciona uma oportunidade ímpar para a construção de um "consenso" dirigido pelos trabalhadores e o enfrentamento da hegemonia burguesa.

Democratizar o Estado e desenvolver o projeto de classe dos trabalhadores, são tarefas simultâneas a serem realizadas na perspectiva do socialismo. Para tanto é preciso colocar o direcionamento político-geral do Estado em consonância com o sentido tendencialmente universal que este adquire através da prestação de serviços públicos e do relacionamento institucional com o conjunto da sociedade. Só a universalidade potencialmente contida no projeto de classe dos trabalhadores pode realizar plenamente a possibili-

dade de universalização do Estado. É assim que poderemos superar a lógica da mercadoria e do capital, sinônimo, no Brasil, de políticas econômicas desumanas, de Estado cartorial, de descompromisso com a maioria da população e de apatiguamento político que chega até mesmo ao ponto de colocar parcelas da administração pública diretamente a serviço de interesses privados.

A definição de um nítido perfil para a Administração Popular exige que o Partido dos Trabalhadores repense as políticas para a luta institucional que, sob inspiração do marxismo ortodoxo, têm gerado um caldo de cultura fértil ao obrerismo e sobretudo ao corporativismo. A busca desse perfil para a Administração Popular também exige a derrota, no interior da máquina administrativa, do tecnoburocratismo que mantém intacta, e até mesmo fortalece, a lógica tradicional do Estado, reduzindo o executivo à impotência diante da necessidade de se alterar profundamente o perfil do Estado, inaugurando uma nova relação com as massas.

## II. UM RÁPIDO BALANÇO DO PARTIDO APÓS A ÚLTIMA CONVENÇÃO

É preciso reconhecer que nossa 5ª e última Convenção do Partido, realizada em 5/6 maio de 1989, tratou destas questões de forma muito superficial. A amplitude do debate muitas vezes foi tolhida por enfrentamentos sectários e discussões doutrinárias, distorções essas que autocriticamente assumimos. Para significativos setores do nosso partido a afirmação de certezas tornou-se sinônimo de segurança, trilhando-se o caminho - sem dúvida mais fácil e bem menos doloroso - da reiteração dos dogmas e com a recusa do enfrentamento de questões novas para as quais nem sempre, aliás na maior parte das vezes, ainda não temos respostas.

Na última Convenção do Partido, houve a tentativa de colocar no banco dos réus, a recém empossada Administração Popular. Alguns foram à carga contra um suposto "reformismo" que estaria traindo os princípios do partido, levando-o pelo caminho da social democracia e defendendo um caráter "neutro" para o Estado. Também foi definida como alvo desses ataques uma posição que supostamente defenderia ser a Administração Popular um "projeto político próprio", independente do Partido. Mais uma vez constatou-se a velha prática de imputar aos adversários posições que não eram deles.

O equívoco destas posições revelou-se por inteiro na votação das resoluções da Convenção, es-

pecialmente no capítulo de avaliação da Administração Popular. Nas propostas apresentadas, a única diferença residia no reconhecimento ou não da relativa autonomia da Administração Popular, isto é, se suas tarefas, em certo sentido, extrapolariam ou não os limites do Partido. Esta questão foi resolvida com a aprovação de uma

***A Convenção acabou sendo pautada por questões forçadas e contradições que não correspondiam à realidade.***

emenda, por ampla maioria, que afirmando esse entendimento. Apesar de todo alarde, não foi apresentada uma proposta alternativa de perfil para a Administração Popular. Assim, a Convenção, acabou sendo pautada por questões forçadas e contradições que não correspondiam à realidade. O conjunto do partido, por isso, não passou impune a tal processo. O preço a pagar se revelaria a seguir, na estagnação que, paulatinamente, se disseminou pelo Partido.

Para se ter uma noção desse processo, vale recorrer às resoluções aprovadas na Convenção. Pode-se destacar, como exemplo, o seu item 14 (Sobre Avaliação da Administração Popular) onde são apresentadas as "tarefas fundamentais para o período". Boa parte dessas tarefas acabaram caindo no vazio. O Conselho Político, criado pelo Diretório Metropolitano, pouco antes da Convenção, acabou referendado. A iniciativa teve uma série de méritos, mas este Conselho não pode ser tido como "um canal dinâmico na relação Partido/Administração", como pretendia a resolução da Convenção.

Na verdade ainda é necessário definir com mais clareza qual será o papel deste órgão político do Partido. Hoje, o Conselho tem se resumido a dar ou não o aval do Partido para as iniciativas da Administração Popular. O Conselho deveria estabelecer os principais vínculos entre Partido e Administração e, sempre que necessário, sacudir um e outro para o debate das questões políticas mais candentes. Só assim o Conselho Político po-

***A desinformação e o preconceito continuam pautando os debates internos.***

derá inserir, de forma conseqüente, o Partido nos problemas cotidianos da Administração.

Tampouco pode-se dizer que foram criados "mecanismos que permitam a socialização de informações relativas à Administração junto às instâncias e às bases do Partido", tal como define a resolução. Pelo contrário, a desinformação e o preconceito continuam pautando os embates in-

ternos, tornando o Partido impotente para efetivamente dirigir os rumos da Administração Popular, ficando à margem de seus verdadeiros problemas.

No que tange à articulação com os movimentos sociais e com as massas, a situação é ainda pior. A resolução sobre os Conselhos Populares não saiu do papel, isto depois de se incluir expressamente no item 4 da resolução (Sobre os Conselhos Populares) que a ação da Administração é "decisiva para impulsionar o seu desenvol-

### ***Boa parcela da militância tinha expectativas românticas em relação às nossas possibilidades de atuação na Prefeitura.***

vimento". Embora salientando-se que não cabe à Administração "criar os Conselhos Populares". Parece justo deduzir que tal iniciativa, deveria caber ao partido e ao movimento. Mas o partido ainda não atuou decisivamente nesse sentido. É, portanto, necessário preparar um elenco de iniciativas, do Partido e da Administração, para encaminhar a criação dos Conselhos Populares. A Convocação de assembleias do movimento popular, ou mesmo, o aproveitamento do que restou de organicidade do processo de debate do orçamento podem ser algumas dessas medidas.

Por isso tudo, foram agravados os efeitos da natural estranheza que contagiou e imobilizou a

### ***Nossos militantes ficam desorientados e intimidados, sentindo-se como se estivessem traindo as massas.***

militância após a posse da Administração Popular. Pela primeira vez passamos a "ser governo". Devido à falta de informações - ou até mesmo de informes contraditórios que fossem capazes de alimentar polêmicas - fortaleceram-se os preconceitos da militância, até serem traduzidos num estado de espírito defensivo diante dos ataques praticados pelo conservadorismo e, em particular, pelo populismo pedetista. A desinformação alimentou uma curiosa síndrome: boa parcela da militância tinha expectativas românticas em relação às nossas possibilidades de atuação na Prefeitura. As centenas de reuniões realizadas do Executivo com o Movimento Popular nestes nove meses de governo, mostram que as massas, em certa medida, têm uma visão do limites da Prefeitura, mais realista do que muitos militantes.

Tais posições revelam um estado de ânimo típico da cultura do nosso Partido, como por exemplo o culto à "verdade da massa", esse sentimento de identidade em relação a tudo o que é do

povo. Um sentimento enraizado numa generosa solidariedade de classe, mas que por vezes se imobiliza com uma postura de identificação com o senso comum, quando deveria ser de insubmissão. Mesmo dispostos a apoiar o nosso Governo Municipal - que, em determinadas questões tem de enfrentar politicamente o imediatismo, o particularismo ou o corporativismo de certos setores da sociedade - os nossos militantes ficam desorientados e intimidados, sentindo-se como se estivessem traindo as massas.

É preciso romper com esse espírito, já que não há como construir um partido de vanguarda sem uma militância capaz de sobrepor-se ao senso comum das massas. Apesar de tudo, temos de reconhecer que esse estado de espírito tem razão para fortalecer-se, já que o partido encontra-se à mercê da estagnação, do funcionamento meramente formal e burocrático das suas instâncias. Em síntese, é preciso reconhecer autocriticamente, o burocratismo do partido.

## **III. A PRODUÇÃO DE UM PERFIL NÍTIDO PARA A ADMINISTRAÇÃO**

Não são poucas ou de menor importância as disputas que estão ocorrendo no interior da Administração Popular. Hoje, conseguimos reestabelecer um momento favorável, sobretudo pela expectativa criada através do Plano Semestral. É preciso perceber, entretanto, que o Plano não é a letra morta de uma resolução, não é um mero gesto administrativo, mas é a síntese de uma disputa que ainda está em jogo. Nessa disputa, está em questão todo o perfil da Administração e a própria concepção da relação entre o partido e o Estado. É preciso que o partido protagonize tal embate, e busque imprimir-lhe um desfecho adequado, caso contrário a própria "lógica das coisas" é que determinará o resultado. Longe de constituir um ato isolado ou momento privilegiado, as definições deste embate, que o partido de-

### ***Sem a base do partido assumir seu verdadeiro papel, talvez não tenhamos nem Plano Semestral, nem a "cara do PT" na Prefeitura.***

ve assumir, estão explodindo no dia-a-dia da administração. O Plano Semestral é um soberbo exemplo disso. Deve ser compreendido que essas disputas dependem da militância. E sem a superação dos preconceitos quanto à Administração, que ainda correm no partido, sem a base do par-

tido assumir seu verdadeiro papel, talvez não tenhamos nem Plano Semestral, nem a "cara do PT" na Prefeitura.

Na época da formação do Secretariado, o então Diretório Municipal se posicionou pela constituição de uma equipe baseada em critérios que incluíam além do óbvio alinhamento ao projeto da Administração Popular, a representatividade social e a competência técnica. Essa posição traduzia uma clara compreensão sobre a função do executivo, responsável pela direção política da administração, em consonância com as diretrizes do Partido. Por isso, optava-se por tal composição

***A política do partido vem sendo, ainda que não deliberadamente, barrada dentro da Administração.***

no Secretariado. Afinal, o Executivo responderia politicamente como um todo: não haveriam feudos de correntes políticas ocupando Secretarias, ou ações por conta própria. A composição do Secretariado visava a uma unidade política fundamental.

Essa política do Partido vem sendo, ainda que deliberadamente, barrada dentro da Administração. Já não causa espanto, por exemplo, o surgimento da reivindicação de que o Plano Semestral - que disputando a percepção das massas em relação ao desempenho da Administração e com repercussões na campanha Lula - deveria ter sido elaborado por uma "comissão de técnicos do quadro da Prefeitura", como iniciativa da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM) e não de todo o governo.

Essa questão ressurgiu com a constituição de uma comissão política para acompanhar a implementação do Plano. Nesta oportunidade também foi reivindicado que a SPM ficasse encarregada da fiscalização e controle sobre a implementação do Plano, e não uma comissão de todo o governo.

A lógica de tais procedimentos aflorou novamente quando se fez uma separação indevida en-

***É a partir das realizações que pretendemos efetivar que deveriam ser concebidas as composições de receita e despesa.***

tre a discussão do Orçamento de 90 e do Plano de Governo (90/92). Essa separação, em certa medida, obscureceu a iniciativa inédita do poder público municipal em chamar a sociedade civil para discutir o orçamento. E, por outro lado, postergou o debate do projeto político e a afirmação da vontade política do PT e da Frente Popular,

logicamente anterior à questão do orçamento: é a partir das realizações que pretendemos efetivar que deveriam ser concebidas as composições de receita e despesa.

O principal equívoco da iniciativa de debate do orçamento consistiu no fato de que os trabalhadores foram chamados não para discutir as proposições básicas da Administração, de modo que pudessem orientar a identificação de prioridades orçamentárias. Num gesto quixotesco, reuniu-se a população para discutir cifras, números e rubricas. Dessa forma, foi fortalecida a visão paternalista que as massas têm do Estado, já que não surgiram propostas afirmando politicamente o debate, o que acabou abrindo caminho para as reivindicações no varejo, a partir de necessidades imediatas.

Apesar disso tudo, a experiência de debate público do orçamento foi importante para a Administração Popular. Passado o processo de debate com a comunidade, é necessário manter contato com as entidades e principais referências participantes. Essa poderá ser uma grande fonte de um acúmulo político que permitirá disputar na Câmara a aprovação da proposta de orçamento da Administração Popular. E poderá se constituir, também, o fortalecimento de um pólo de resistência ao populismo pedetista.

Há ainda um problema financeiro crônico. Pai-

***Só alteraremos a substância da relação entre o poder público municipal e a sociedade se formos capazes de modificar o perfil do Estado.***

ra ainda sobre todas as iniciativas da Administração Popular a ausência de recursos. A situação é difícil, uma vez que em nosso horizonte constantemente está colocada, constantemente, a possibilidade de não contarmos nem mesmo com verbas para custeio e pagamento de pessoal. É preciso afirmar a compreensão de que administrar o município envolve a criação de condições políticas para obtenção de recursos. Isto é, trata-se de, através dos próprios planos e programas do município, criar condições para uma situação financeira favorável, quer seja mediante financiamento ou saneamento da máquina pública.

Neste sentido, adquire especial significado a questão da Reforma Administrativa. Só alteraremos a substância da relação entre o poder público municipal e a sociedade se formos capazes de modificar o perfil do Estado, principalmente na tradução da sua forma mais crua e prática: a sua funcionalidade, hoje permeada pela lógica da mercadoria. Ao longo do tempo, a máquina ad-

ministrativa foi sendo montada a partir de interesses privados, eleitorais e econômicos, só formalmente correspondendo às necessidades do interesse público. A superação do clientelismo, da corrupção e da política dos "lobbies" é um passo importante, mas é insuficiente para gerar uma prática de gestão administrativa que dialogue, de forma politicamente elevada, com as demandas dos cidadãos.

Alterar radicalmente essa relação, colocar a máquina administrativa sob o controle efetivo do seu sujeito político e constituir uma administração

***Colocar a máquina administrativa sob o controle efetivo do seu sujeito político exige a transformação dessa tralha burocrática em uma estrutura ágil.***

voltada aos interesses das maiorias exige a transformação dessa tralha burocrática em uma estrutura ágil. É necessário racionalizar os recursos evitando a duplicidade de meios para um mesmo fim. É imperativo criar condições para o planejamento político centralizado, sem o qual nunca passará de romantismo falar em direção política do partido. Dessa forma, deve ser concebida uma estrutura que supere a burocracia das Secretarias, sempre propensa a constituir feudos e agir em função de interesses próprios.

***Na situação atual, pelo menos 60% da máquina está voltada para sua própria administração e reprodução.***

Na situação atual, pelo menos 60% da máquina está voltada para sua própria administração e reprodução. Essa realidade avilta e desmotiva o funcionalismo, já que nunca lhes é dada a capacidade de compreender adequadamente sua própria função e nem de ter um retorno tangível sobre os resultados sociais da sua atividade pública. É preciso revolucionar a máquina administrativa, assegurando que a maioria dos funcionários públicos esteja envolvido na realização de pelo menos um projeto político. E que tenham uma medida precisa e clara da sua produtividade. Esse seria um caminho para uma valorização real do funcionalismo e para reestabelecer a dignidade das funções públicas, de uma maneira não corporativa e socialmente relevante.

Além de todas as vantagens, um efetivo saneamento da máquina pública e sua dinamização administrativa certamente constituiriam argumento importante na busca de financiamentos e apoio a projetos de interesse da coletividade. E não se pode perder a perspectiva de que as finanças pú-

blicas, o funcionamento da máquina administrativa e a relação com o funcionalismo não são problemas "internos" da Prefeitura. Esses são problemas que interessam à toda cidade. A população deve ter meios para participar da solução desses problemas.

Em verdade, temos que acelerar a busca de respostas para esse debate. Para isso, é necessário superar o rasteiro burocratismo que se alicerça em uma inércia do Partido, constituída a partir de uma omissão generalizada.

Nesse quadro, tem se salientado duas lógicas - a da ortodoxia sectária e a do tecnocratismo - orientando posições que não poderiam ter discursos mais díspares, diferenças mais acentuadas, mas que acabam incidindo paralelamente, tanto nas políticas da Administração como no interior do partido, fortalecendo os preconceitos imobilizantes, a desinformação e o burocratismo.

Romper com o burocratismo: eis a palavra de ordem dirigida ao Partido e à administração. Para tanto, é preciso, desde já, tomar-se medidas de impacto. É decisivo o esforço feito pela Administração Popular, para a realização do Plano Semestral - com capacidade de repercutir na Campanha Lula e no ânimo das massas - seja discutido intensamente no interior do Partido. Para isto, é necessário que os responsáveis diretos pela implementação do Plano, o Prefeito, o Vice-Prefeito e, sobretudo, o Secretariado, compareçam a todas instâncias: diretório, zonais, núcleos em que forem solicitados. Não apenas para discutir o Plano Semestral mas, no caso do Secretariado, para prestar contas de sua atividade delegada pelo Partido. As plenárias das zonais, realizadas no final de setembro, devem ser tomadas apenas como o ato inaugural desse movimento.

Assim poderá o Partido, através da mobilização do conjunto de sua militância, transformar-se efetivamente num elemento constitutivo da Administração Popular, partilhando das informações necessárias para se posicionar diante das disputas que realmente ocorrem em seu interior e alte-

***Cabe ao partido construir um novo patamar de consenso, uma nova qualidade de relação entre suas diversas posições.***

rando substancialmente a qualidade de sua intervenção política.

Cabe ao partido dar um basta nesta situação e constituir, com base na disputa política franca - mas nem por isso menos contundente ou radical - um novo patamar de consenso, uma nova qualidade de relação entre suas diversas posições, de forma a afirmar desde já um perfil ou, no mínimo, a vontade política de defini-lo nitidamente

ministrativa foi sendo montada a partir de interesses privados, eleitorais e econômicos, só formalmente correspondendo às necessidades do interesse público. A superação do clientelismo, da corrupção e da política dos "lobbies" é um passo importante, mas é insuficiente para gerar uma prática de gestão administrativa que dialogue, de forma politicamente elevada, com as demandas dos cidadãos.

Alterar radicalmente essa relação, colocar a máquina administrativa sob o controle efetivo do seu sujeito político e constituir uma administração

***Colocar a máquina administrativa sob o controle efetivo do seu sujeito político exige a transformação dessa tralha burocrática em uma estrutura ágil.***

voltada aos interesses das maiorias exige a transformação dessa tralha burocrática em uma estrutura ágil. É necessário racionalizar os recursos evitando a duplicidade de meios para um mesmo fim. É imperativo criar condições para o planejamento político centralizado, sem o qual nunca passará de romantismo falar em direção política do partido. Dessa forma, deve ser concebida uma estrutura que supere a burocracia das Secretarias, sempre propensa a constituir feudos e agir em função de interesses próprios.

***Na situação atual, pelo menos 60% da máquina está voltada para sua própria administração e reprodução.***

Na situação atual, pelo menos 60% da máquina está voltada para sua própria administração e reprodução. Essa realidade avilta e desmotiva o funcionalismo, já que nunca lhes é dada a capacidade de compreender adequadamente sua própria função e nem de ter um retorno tangível sobre os resultados sociais da sua atividade pública. É preciso revolucionar a máquina administrativa, assegurando que a maioria dos funcionários públicos esteja envolvido na realização de pelo menos um projeto político. E que tenham uma medida precisa e clara da sua produtividade. Esse seria um caminho para uma valorização real do funcionalismo e para reestabelecer a dignidade das funções públicas, de uma maneira não corporativa e socialmente relevante.

Além de todas as vantagens, um efetivo saneamento da máquina pública e sua dinamização administrativa certamente constituiriam argumento importante na busca de financiamentos e apoio a projetos de interesse da coletividade. E não se pode perder a perspectiva de que as finanças pú-

blicas, o funcionamento da máquina administrativa e a relação com o funcionalismo não são problemas "internos" da Prefeitura. Esses são problemas que interessam à toda cidade. A população deve ter meios para participar da solução desses problemas.

Em verdade, temos que acelerar a busca de respostas para esse debate. Para isso, é necessário superar o rasteiro burocratismo que se alicerça em uma inércia do Partido, constituída a partir de uma omissão generalizada.

Nesse quadro, tem se salientado duas lógicas - a da ortodoxia sectária e a do tecnocratismo - orientando posições que não poderiam ter discursos mais díspares, diferenças mais acentuadas, mas que acabam incidindo paralelamente, tanto nas políticas da Administração como no interior do partido, fortalecendo os preconceitos imobilizantes, a desinformação e o burocratismo.

Romper com o burocratismo: eis a palavra de ordem dirigida ao Partido e à administração. Para tanto, é preciso, desde já, tomar-se medidas de impacto. É decisivo o esforço feito pela Administração Popular, para a realização do Plano Semestral - com capacidade de repercutir na Campanha Lula e no ânimo das massas - seja discutido intensamente no interior do Partido. Para isto, é necessário que os responsáveis diretos pela implementação do Plano, o Prefeito, o Vice-Prefeito e, sobretudo, o Secretariado, compareçam a todas instâncias: diretório, zonais, núcleos em que forem solicitados. Não apenas para discutir o Plano Semestral mas, no caso do Secretariado, para prestar contas de sua atividade delegada pelo Partido. As plenárias das zonais, realizadas no final de setembro, devem ser tomadas apenas como o ato inaugural desse movimento.

Assim poderá o Partido, através da mobilização do conjunto de sua militância, transformar-se efetivamente num elemento constitutivo da Administração Popular, partilhando das informações necessárias para se posicionar diante das disputas que realmente ocorrem em seu interior e alte-

***Cabe ao partido construir um novo patamar de consenso, uma nova qualidade de relação entre suas diversas posições.***

rando substancialmente a qualidade de sua intervenção política.

Cabe ao partido dar um basta nesta situação e constituir, com base na disputa política franca - mas nem por isso menos contundente ou radical - um novo patamar de consenso, uma nova qualidade de relação entre suas diversas posições, de forma a afirmar desde já um perfil ou, no mínimo, a vontade política de defini-lo nitidamente

para a Administração Popular.

Esse perfil, sejam quais forem seus desdobramentos específicos, deve alterar o movimento concreto do Estado, do exercício do poder público. A Administração Popular é expressão de um sujeito político que busca, não só representar os interesses das massas, como também incorporar as massas na sua ação de sujeito. E para, cumprir esse papel, deve mudar radicalmente sua relação com o objeto (a sociedade, a vida social que flui no espaço geográfico da cidade de Porto Alegre). Hoje, esse objeto - submetido pela lógica da mercadoria - se impõe e constrange o sujeito. É hora de nos rebelarmos contra essa "lógica das coisas". É hora de deixarmos de ser coisas, sujeitos submetidos aos objetos. É hora de afirmar o papel da Administração Popular como ator efetivo, transformador, ativo, comprometido com as massas. Para isso, é necessário romper com o burocratismo, com a ortodoxia sectária e o tecnocratismo. Só assim conseguiremos orientar esse projeto que, com tanto esforço e com tanta luta, conseguimos constituir em Porto Alegre e que, um dia, chegou a contagiar a cidade. Estamos certos de que é possível, novamente, apaixonar a população.

#### IV. AFIRMANDO A "CARA DO PT"

Será necessário fazer a população se apaixonar pelo nosso projeto para vencermos as disputas políticas e eleitorais.

No calor da disputa presidencial, parece passar ao largo da compreensão de parcelas da nossa militância de que não estamos diante de apenas "mais uma" disputa. Ao menos assim o atesta o quadro de mobilização para a campanha o qual, mais uma vez, autocriticamente reconhecemos, ainda é muito débil.

Para discutir o significado das eleições de 89 é preciso lembrar que a Constituição não assegurou sequer a estabilidade eo consenso projetados pelos articuladores da transição conservadora. Oportunamente, a legislação complementar e ordinária está sendo deixada para depois das eleições do novo presidente. E há, ainda, a reforma da Constituição programada para 1993 que, por sua vez e sem maiores problemas, também pode ser antecipada pelo novo Congresso que assumirá em 1991, com a justificativa de que "o país está ingovernável". Enfim, há um arsenal de possibilidades conservadoras guardadas para serem ativadas na medida das necessidades. Na eleição para a presidência, portanto, além do controle do Executivo, está em jogo uma corre-

ção de forças abrangendo praticamente todo o tempo de duração do presidente eleito e definindo o perfil político-institucional do país.

A candidatura Collor, visivelmente articulada pela Rede Globo e expressando de forma militante o ideário do neo-liberalismo, começa a mostrar suas debilidades e corre o risco de entrar em queda livre. Ameaça repetir o fenômeno Antônio Britto, também apoiado pela RBS, e que acabou em quarto lugar, com Olívio na Prefeitura.

De qualquer forma, para o nosso Partido o horizonte da disputa eleitoral transcende ao me-

***Está em jogo, para o PT, o acúmulo de forças com que iremos nos defrontar com o receituário neo-liberal.***

ro cálculo probabilístico das possibilidades de vitória. O que está em disputa para nós é muito mais do que a vitória ou a derrota. Por isso, é bom lembrar que, não podemos correr o risco de ter uma má performance, traduzida, por exemplo, em uma derrota para Maluf. Está em jogo, para o PT, o acúmulo de forças com as quais iremos nos defrontar com o receituário neo-liberal, afirmado no Brasil, nos últimos anos, como opção ideológica da direita, contando com a adesão pragmática até mesmo do populismo de Brizola e da social-democracia de Covas.

Dentro dessa perspectiva, não é exagero reafirmar que, nesta eleição, está em jogo o perfil de toda a disputa política dos próximos anos, desde o perfil institucional até o projeto global para a sociedade. Está em jogo, também, a relação do Estado com a sociedade civil e em particular com o movimento de massa. Uma vitória incontestável do neo-liberalismo colocará em xeque, em primeiro lugar, o direito de greve. Há o perigo concreto de forjar-se, através da relação direta do executivo com as massas, comum ao

***Uma vitória incontestável do neo-liberalismo poderá forjar um consenso passivo contra o movimento, o que criaria uma vulnerabilidade da organização popular à repressão.***

populismo de direita e ao de esquerda, um consenso passivo contra o movimento, as greves em particular. O que criaria uma inevitável vulnerabilidade da organização popular à repressão.

Em suma, nessas eleições, quando nenhum dos outros candidatos apresenta programa, ironicamente, estão sendo confrontados projetos

nacionais que tanto definem as relações “internas” quanto os alinhamentos internacionais.

Afirmar um claro perfil de esquerda, que rompa a polaridade entre os populismos de Collor e Brizola é a tarefa imediata à frente se quisermos alcançar nossas melhores possibilidades e nos afastarmos da perspectiva de derrotas políticas.

Só o PT pode, realmente, diferenciar-se do conjunto dos candidatos à presidência que se apresentam como oposição à Nova República. Não tivemos nenhum compromisso com a Nova

### ***Afirmar a candidatura Lula, é afirmar a “cara do PT”.***

República. Não ocupamos cargos no governo Sarney, e isto não pode ser dito até mesmo por certas personalidades de esquerda. Não fomos ao Colégio Eleitoral e disso não pode vangloriar-se Brizola, defensor até mesmo de um mandato-tampão para o general Figueiredo. Não compactuamos com a farsa do Cruzado, e disto não pode valer-se nem o companheiro Roberto Freire, que aliás não nos poupa de suas agudas alfinetadas. Fomos os primeiros a defender o não pagamento da dívida externa, enquanto uns tantos, tergiversavam para não prejudicar suas alianças e a massa dos liberais conservadores nos exorcisava, ameaçando inclusive com o perigo de uma suposta retaliação militar norte-americana. Hoje, todos esses personagens não podem ficar impunes dizendo que a dívida é impagável. Esqueceram-se rapidamente dos seus artigos onde a menor acusação que nos faziam era de “caloteiros”. Não podemos deixar as massas esquecerem da política de submissão aos banqueiros internacionais, pregada por esses personagens, na sua maior parte egressos do regime militar ou de atuação como quadros políticos do governo Sarney, estando até há pouco, em sua quase totalidade, sob o manto protetor da Aliança Liberal.

Denunciar isso é afirmar a candidatura Lula, é afirmar a “cara do PT”, sintetizando um perfil,

### ***Diante de um Estado que sempre buscou instituir a sociedade civil, o PT é um gesto de insubordinação.***

um “espírito”, que apareça do “mosquito” ao programa de TV, antecipando uma imagem do futuro exercício do aparelho de Estado. Traduzindo, da forma mais precisa possível, as possibilidades do projeto que só o PT é capaz de realizar.

Os principais projetos hoje apresentados na disputa eleitoral, guardam nuances entre si, mas estão abraçados no consenso em relação à ideologia neo-liberal. O PT é a antítese desses projetos. É o único partido a ter um projeto verdadeiramente popular para o país.

As origens do PT, desde a luta econômica do final da década de setenta, estão na insubmissão contra uma estrutura sindical atrelada a um Estado cartorial, ao imposto sindical e a outros fatores limitantes. Essa luta começa, justamente, com a criação de alternativas de organização independentes para os trabalhadores. Diante de um Estado que sempre buscou instituir a sociedade civil, o PT é um gesto de insubordinação.

O PT é o único partido capaz de produzir respostas às grandes questões nacionais. Enfrentamento da dívida externa, reforma agrária, ocupação de espaços na região centro-oeste e norte sem destruição do meio-ambiente, essas são algumas das questões que assinalam o destaque do PT na política nacional.

O compromisso fundamental do PT com a dignificação do homem e da política afirma-se agora com a atuação das Prefeituras e das funções públicas que começa a exercer. Com um trabalho sóbrio, sem demagogia, o PT começa a atribuir um novo sentido às atividades do poder público. Essa compromisso afirma claramente a

### ***O PT no Governo Federal, pode desencadear um processo de transformações revolucionárias jamais visto neste país.***

busca de um desenvolvimento econômico e social que não se dá às custas do sangue dos trabalhadores, da submissão à chantagem do capital financeiro internacional, da destruição do meio-ambiente e da alienação da dignidade humana.

O PT é a fonte do único projeto capaz de agir de responder de forma coerente às esperanças de construção de uma nacionalidade, da cidadania e de uma cultura nacional e popular. O PT no Governo Federal, mesmo não tendo o efetivo poder de Estado, pode desencadear um processo de transformações revolucionárias jamais vistas neste País, constituindo-se como sujeito capaz de patrocinar novas bases de consenso. Só o PT pode desenvolver o país sem impor sacrifícios à classe trabalhadora, pois parte do princípio de que a maior riqueza de qualquer nação é o seu povo. Só o PT pode fazer isso. Só o PT traz na sua trajetória todos esses valores que podem ser sintetizados num só: defesa da dignidade humana.

Mostrar a “cara do PT”, nos programas de TV, materiais de propaganda e em toda a cam-

---

panha Lula é mostrar à população essa trajetória de coerência e essas possibilidades que só o PT contém. É projetar para o futuro essa capacidade de luta que marca a história do PT. O projeto socialista do PT não é o sonho de um paraíso futuro que emerge necessariamente de um banho de sangue. Mas é um compromisso com a liberdade, com a dignidade humana e com uma existência melhor para as maiorias. É o único partido que pode assumir o Governo Federal sem nenhum compromisso com os grupos econômicos dominantes. E por isso é o único partido que pode garantir algo novo para o país.

***A campanha Lula precisa ter a "cara do PT", com cada militante passando a portar-se como "comitê eleitoral ambulante".***

Por isso tudo, a campanha Lula precisa ter a "cara do PT". Nunca é demais lembrar uma das marcas inovadoras do nosso partido: a sua construção através da atuação consciente e organizada das bases que se traduz, sobretudo, nos momentos de campanha. Com esforços monumentais, cada militante passa a portar-se como "comitê eleitoral ambulante", fazendo de sua atua-

ção na frente em que atua, um momento decisivo da campanha. É essa "garra petista" que transforma a atuação do militante no sindicato, na associação comunitária, no seu local de trabalho e moradia em verdadeiros fóruns de disputa política onde expõe as propostas e as posições do partido e dos nossos candidatos. Também não é demais lembrar que foi este esforço consciente e organizado da militância que edificou paulatinamente as condições para a nossa vitória em Porto Alegre. A partir da atuação de pequenos grupos, do "trabalho formiga", construímos um movimento de milhares, permitindo a Porto Alegre assistir a uma seqüência impressionante de manifestações de massa, chegando a ser mais envolvente do que a Campanha das Diretas. Este é o esforço que precisamos realizar, agora. Um esforço que resulte em dezenas de milhões de votos e multiplique a esperança, a vontade e a organização popular. Só o PT pode transformar a paixão nos gestos de construção do novo neste país.

***Nova Esquerda,  
Porto Alegre, setembro de 1989.***